



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
DECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2013

## BOLSA-DEFESO

# PF investiga fraudes

Irregularidade na distribuição da bolsa-defeso, o benefício no valor de quatro salários mínimos anuais destinados a pescadores durante o período em que a pesca é proibida, está sendo alvo de investigação em vários inquéritos policiais que estão em tramitação no Departamento de Polícia Federal em Sergipe.

As denúncias chegaram ao conhecimento do Ministério Público Estadual e na manhã desta terça-feira, 27, a promotora de justiça Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas, da Promotoria do Terceiro Setor, arquivou o procedimento declarando incompetência do órgão para dar continuidade às investigações por se tratar de benefício concedido com verbas federais, ficando, portanto, as investigações vinculadas ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

À audiência, compareceram o presidente da Associação dos Pesquisadores do Estado de Sergipe, José Marcos Santos de Menezes, e o comerciante Agnaldo França de Lemos, este último acusado de receber irregularmente o bolsa-defeso. Consta nos autos que Agnaldo França possui renda extra, na atividade comercial, enquanto proprietário de um bar na Praia de Aruanda, o que o impediria de receber o benefício, concedido ex-

clusivamente a pescadores que não possuem outra fonte de renda.

Mas Agnaldo França não vê irregularidade em estar incluído naquele programa social. Ele diz que muitos comerciantes instalados no centro de Aracaju também recebem regularmente o benefício e revela que está sendo alvo de perseguição da Federação dos Pescadores, com a promessa de abrir processo judicial contra a diretores daquela entidade. "Já que dizem que quem tem outra fonte de renda não tem direito, por que aqueles que negociam no mercado estão recebendo o mesmo benefício que eu recebo?", questiona o comerciante/pescador.

A promotora Lisboa Vinhas orientou o pescador/comerciante a buscar auxílio de um advogado já que há inquérito policial instaurado contra ele na Polícia Federal. O pescador/comerciante declara inocência e garante que atende a todos os critérios exigidos pelo Governo Federal para a concessão do benefício.

A assessoria de comunicação da Polícia Federal não apresenta detalhes, mas confirmou a tramitação de vários inquéritos que investigam irregularidades no pagamento de benefícios sociais em Sergipe. (Por Cássia Santana, do Portal Infonet)